

de diversos autores, de forma mais ou menos aprofundada, podendo referir-se Venâncio Deslandes, José Pinto Loureiro, Manuel Lopes de Almeida e José de Freitas Gonçalves.¹

Importa salientar, ainda que de forma breve, alguns dados biográficos, que situam Diogo Gomes Loureiro como oficial da Universidade, desde que, em 9 de novembro de 1598, o Reitor D. Afonso Furtado de Mendonça lhe concedeu carta de impressor privilegiado.² No entanto, só se conhecem obras saídas dos prelos da sua oficina a partir de 1601, ignorando-se se este hiato temporal, desde 1598 até 1601, se ficou a dever a não ter podido fundar a sua própria oficina, em consequência da peste que se abateu sobre a cidade, em 1598 e 1599. Destaque-se que a própria Universidade esteve fechada e só reabriu portas em 6 de janeiro de 1600, como ficou decidido em ata do Conselho da Universidade.³

Não é de menor importância referir que é, precisamente, uma obra sobre a peste, do grande médico Ambrósio Nunes, o trabalho impresso em 1601: *Tractado repartido em cinco partes principais, que declaram el mal que significa este nombre Peste com todas sus causas [...]*.

Por outro lado, sendo co-herdeiro de seu sogro, António de Mariz, também ele impressor privilegiado da Universidade, veio a herdar a oficina tipográfica deste, mas ambas as oficinas coexistiram no tempo e nelas trabalhou, até ao falecimento de seu sogro, passando a dedicar-se à sua própria oficina, certamente enriquecida com os apetrechos de impressão herdados do sogro. Em 1648, ano anterior ao seu falecimento, imprimiu a última obra, retratando um largo período cronológico de 50 anos que dedicou à impressão (desde 1598), tendo-se iniciado como livreiro. O documento que temos presente atesta que oferecera, como garantia do pagamento do empréstimo recebido de 40 mil réis, a hipoteca das “suas casas em que vive sobre a sota”, ou seja, vivendo no que é hoje a zona junto à portagem de Coimbra, ou mesmo no Largo da Sota.

Este testemunho documental revela a forma como a Universidade subsidiava, por empréstimos, o trabalho dos seus oficiais, permitindo-lhes ter capacidade económica para prosseguirem com a sua laboração, obrigando-se, neste caso, a dar à instituição cem exemplares da obra impressa, dos quais “vinte deles serão de papel de tearte muito bom”.⁴ Este destaque, permite reconhecer a origem de uma exclusividade de exemplares, cuja singularidade está na eleição da melhor qualidade do suporte em papel, situação, e tradição, que ainda hoje sobrevive, quando se quer dar destaque a alguns exemplares, geralmente para ofertas particulares.

¹ Quanto a este último, refira-se a sua tese de doutoramento *A Imprensa em Coimbra no séc. XVII*. Lisboa: UNL; FCSH, 2010 acessível em <file:///C:/Users/uc34411/AppData/Local/Temp/jose%20gon%C3%A7alves-1.pdf>. Consagra à biografia de Diogo Gomes de Loureiro (versão que usa do nome, tal como outros autores) as pp. 14-20, com indicação de fontes e referências bibliográficas dos anteriores autores que estudaram este impressor.

² Publicado já por ALMEIDA, Manuel Lopes de – “Livros, livreiros e impressores em documentos da Universidade”. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa (X-XII)*, 1964-1966, p. 96-97.

³ V. *Universidade de Coimbra (F); Atas dos Conselhos da Universidade (SR)*, vol. 13, fl. 8-8v – cota AUC-IV-1.ºD-I-2-62

⁴ Esta obra impressa por Diogo Gomes Loureiro é, certamente, a que existe na BGUC, estando presentes dois exemplares, cuja descrição bibliográfica está acessível em http://webopac.sib.uc.pt/search*por/a?a